



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

NOTA TÉCNICA AGRESE/CAMGAS

Nº 020/2021

ASSUNTO: ADEQUAÇÃO DO REGULAMENTO DA AGRESE AOS MANUAIS DE BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS E DO COMITÊ DE MONITORAMENTO DA ABERTURA DO MERCADO DE GÁS NATURAL.

ARACAJU-SE
DEZEMBRO/2021



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

SUMÁRIO

1. OBJETIVO	3
2. COMPETÊNCIA LEGAL PARA O TRATAMENTO DA MATÉRIA	3
3. CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA PÚBLICA	7
3.1 - Patric Viganò Lamarca – UNIGEL	7
3.2 - Augusto Salomon – ABEGAS	9
3.3 - ARSEPAM – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas	11
3.4 - Débora Dantas e Adrianno Lorenzon – ABRACE	11
3.5 - Rogério Almeida Manso da Costa Reis – ATgás - Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto	12
4. ANÁLISE DO PLEITO	14
5. CONCLUSÃO	17
Anexo I	18



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

- REFERÊNCIAS:**
- Processo 81/2021
 - Lei 13.848, de 25 de junho de 2019
 - CNPE nº 16, de 24 de junho de 2019
 - Lei 14.134 de 08 de abril de 2021
 - Portaria nº 42-2021-AGRESE
 - Portaria nº 47-2021-AGRESE

ASSUNTO: Adequação do Regulamento da Agrese aos Manuais de Boas Práticas Regulatórias da Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis e do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural.

NOTA TÉCNICA AGRESE/CAMGAS Nº 020/2021

1. OBJETIVO

Essa Nota Técnica tem como objetivo geral tratar, nos termos do edital de Consulta Pública nº 002/2021, publicado no Diário Oficial nº 28.738 de 25 de agosto de 2021, em atendimento a finalidade única e exclusiva de receber de contribuições acerca da Adequação do Regulamento Geral da AGRESE aos Manuais de Boas Práticas Regulatórias da Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural.

Esse mesmo instrumento tem como objetivos específicos:

- 1- Analisar as contribuições recebidas, que teve 5 (cinco) formulários enviados no prazo estipulado pela AGRESE.

2. COMPETÊNCIA LEGAL PARA O TRATAMENTO DA MATÉRIA

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

§2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

§3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

Constituição do Estado de Sergipe de 1989

“Art. 10. Ao Estado cabe, além dos poderes explicitados na Constituição Federal, o exercício dos remanescentes.

*Parágrafo único. Cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, **os serviços locais de gás canalizado.***

[...]

Art. 161. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos estaduais, o caráter especial de seu



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão e permissão, bem como sobre o direito dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados e eficientes.”

Lei Estadual n.º 3.305, de 28 de janeiro de 1993, que autoriza a criação da Empresa Sergipana de Gás S.A. - Emsergás, e dá outras providências.

Contrato de Concessão de Serviços Públicos, de 11 de março de 1994, que entre si celebram como Concedente o Estado de Sergipe e, como Concessionária, a Empresa Sergipana de Gás S.A – EMSERGAS, com a interveniência da Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Lei federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Lei Estadual n.º 5.578, de 25 de fevereiro de 2005, que altera a denominação da Empresa Sergipana de Gás S/A - EMSERGÁS, para Sergipe Energias Renováveis e Gás S/A - SERGÁS, bem como altera o objeto social da mesma Empresa, e dá providências correlatas.

Lei Estadual n.º 5.707, de 31 de agosto de 2005, que altera a Lei nº 5.407, de 02 de agosto de 2004, que trata de regulamentação, quanto a regulação, controle, supervisão e fiscalização dos serviços locais de gás canalizado; dispõe sobre a participação da Administração Direta na



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

análise de legalidade do processo de licenciamento ambiental de gasodutos no território do Estado de Sergipe; estabelece a exigência de autorização prévia para o exercício das atividades de construção, instalação, ampliação e operação de dutos de gás canalizado; e dá providências correlatas;

Lei Estadual n.º 6.661, de 28 de agosto de 2009, que dispõe sobre a criação e organização da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE, Autarquia em Regime Especial, com, dentre outras, atribuições de regulação das atividades de distribuição local de gás canalizado, concedidas por contrato específico à Sergipe Gás S/A - SERGAS.

Lei Estadual n.º 7.116, de 25 de março de 2011, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica, da Administração Pública Estadual, e dá demais providências correlatas.

Decreto nº 30.352, de 14 de setembro de 2016, que aprova o Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado, no Estado de Sergipe, estabelecendo em seu Art. 2º o seguinte:

“Art. 2º. O Governo do Estado de Sergipe deverá regular, fiscalizar e supervisionar os SERVIÇOS LOCAIS DE GÁS CANALIZADO no Estado de Sergipe por meio da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE.”



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

Decreto nº 40.450, de 26 de setembro de 2019, que altera o Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado, no Estado de Sergipe, instituindo o mercado livre de gás natural.

3. CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA PÚBLICA

Cinco contribuições foram recebidas até o prazo limite da consulta. As contribuições realizadas estão descritas nesta nota por ordem de apresentação.

3.1 - Patric Viganò Lamarca – UNIGEL

“Da abordagem”, “Das definições”, “Da Consulta Pública”, “Das ações de Planejamento Regulatório”, “Da Análise de Impacto Regulatório – AIR”, “Dos critérios para a realização da AIR”, “Das considerações finais”

Proposta: sem comentários

Justificativa: sem comentários

Contribuição para a seção “Do objetivo” das Normas de Boas Práticas AGRESE

Proposta: Entendemos que a transparência, eficiência e o tratamento igualitário também devem compor o objetivo desta Agência, respeitadas as características de cada agente que compõe a cadeia do gás.

Justificativa: A transparência visando ter elementos em linguagem clara e de forma acessível a todos o público interessado, o que deverá ser refletido na forma de comunicação da Agência com a sociedade para todos os seus propósitos. A eficiência visando a entrega do serviço com celeridade, qualidade e competência, de forma a atender da melhor maneira possível a sociedade participante. O tratamento igualitário deve ser meta, respeitadas as diferenças de cada agente da cadeia e visa



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

diminuir as diferenças históricas advindas de um mercado rígido e de poucos participantes que gradativamente vai se tornando mais concorrente, contemporâneo e próximo das melhores práticas internacionais.

Contribuição para a seção “Dos Princípios” das Normas de Boas Práticas AGRESE

Proposta: Entendemos por bem que seja adicionado como meta desta Agência o estabelecimento de prazos determinados para que a Agência se posicione diante das diversas demandas que lhe sejam endereçadas de acordo com a característica e complexidade de cada matéria.

Justificativa: A sugestão tem como fundamento uma maior clareza por parte da Agência e maior segurança jurídica ao interessado.

Contribuição para a seção “Da Participação ou Controle Social” das Normas de Boas Práticas AGRESE

Proposta: Que se busque garantir um prazo adequado para manifestação das contribuições efetivas pelo público interessado, mas que também se determine um prazo adequado para manifestação desta Agência frente às demandas que lhe sejam endereçadas, respeitadas as características e complexidade de cada uma das matérias.

Justificativa: A sugestão visa o ganho de transparência e eficiência por parte desta Agência, bem como de segurança jurídica pelo público interessado.,

Contribuição para a seção “Audiência Pública” das Normas de Boas Práticas AGRESE

Proposta: Sugerimos a dilatação do prazo de antecedência mínima de (cinco) dias úteis.

Justificativas: A sugestão visa assegurar um prazo mínimo suficiente para que a parte interessada possa se preparar para uma manifestação adequada ao assunto que lhe seja caro. A proposta de no mínimo 20 dias úteis.



Contribuição para a seção “Da gestão do estoque regulatório” das Normas de Boas Práticas AGRESE

Proposta: Entendemos que a AGRESE deve assegurar ao público interessado ferramentas de pesquisa que lhe permita consultar o regulamento vigente de forma clara e objetiva, evitando morosidades desnecessárias ou eventualmente a necessidade de consulta às especialistas para questões que deveriam estar acessíveis a todos os interessados. Normas didáticas, simples e devidamente classificadas de acordo com o tema de interesse atreladas às tecnologias vanguardistas de busca sem dúvida assegurariam uma mais valia a todos.

Justificativa: A sugestão visa ganho de eficiência, transparência e celeridade a todos os envolvidos, especialmente para um mercado em expansão que conta cada vez mais com a participação de agentes internacionais desacostumados com as burocracias e morosidades típicas de nosso sistema jurídico e regulatório.

3.2 - Augusto Salomon – ABEGAS

Na seção “Do objetivo”, “Da abordagem”, “Dos Princípios”, “Das Definições”, “Da participação ou Controle Social”, “Das ações de Planejamento Regulatório”, “Da gestão do estoque regulatório” e “Das considerações finais”.

Contribuição: Estamos de acordo com o texto.

Justificativa: O texto é abrangente e contém objetivos coerentes à regulação.

Na seção “Consulta Pública”

Contribuição: O texto prevê duração mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, que consideramos excessivo e sugerimos 15 (quinze) dias.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

Justificativa: Parte significativa das Consultas Públicas refere-se às revisões tarifárias rotineiras, que não necessitam de prazos de 45 (quarenta e cinco) dias, que resultaria em processos desnecessariamente morosos. Como se trata de um prazo mínimo é mais adequado estabelecer 15 (quinze) dias e, caso a caso, a AGRESE poderá optar por prazos maiores.

Na seção “Audiência Pública”

Contribuição: O prazo mínimo de 5 (cinco) dias é insuficiente e frequentemente pode resultar que as partes interessadas no processo não venham a tomar conhecimento e participar do mesmo. Consideramos adequado um prazo mínimo de 15 (quinze) dias, semelhante ao da Consulta Pública.

Justificativa: A complexidade dos temas e as dificuldades de comunicação tornam exíguo o prazo de 5 (cinco) dias para a participação dos agentes em uma Audiência Pública. Entendemos que 15 (quinze) dias é um prazo mínimo adequado.

Na seção “Da Análise de Impacto Regulatório – AIR

Contribuição: Consideramos precoce com a atual estrutura administrativa e de pessoal com que conta a AGRESE o comprometimento em relação à realização da Análise de Impacto Regulatório - AIR.

Justificativa: Em vista da complexidade na realização dos estudos de AIR e o reduzido corpo técnico da AGRESE, consideramos uma temeridade o comprometimento em relação aos estudos de AIR. Ao contrário das agências federais, que dispõe de amplos recursos técnicos e financeiros, a AGRESE tem limitações claras nesses aspectos.

Na seção “Dos critérios para a realização da AIR

Contribuição: Não recomendamos à AGRESE se comprometer a realizar AIR com os critérios propostos para sua efetivação.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

Justificativa: Nossa justificativa para esse item é semelhante ao item 9 (Da Análise de Impacto Regulatório – AIR).

3.3 - ARSEPAM – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas

“Do objetivo”, “Da abordagem”, “Dos Princípios”, “Das definições”, “Da Participação ou Controle Social”, “Da Consulta Pública”, “Da Audiência Pública”, “Das ações de Planejamento Regulatório”, “Da Análise de Impacto Regulatório – AIR”, “Dos critérios para a realização da AIR”, “Da gestão do estoque regulatório” e “Das considerações finais”.

Contribuição: Nada a contribuir

Justificativa: -

3.4 - Débora Dantas e Adrianno Lorenzon – ABRACE

Na seção “Audiência Pública”

Contribuição: A Abertura do período de audiência pública deverá ser precedida de despacho ou aviso de abertura publicado no Diário Oficial da União e em outros meios de comunicação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.

Justificativa: A participação pública em processos regulatórios tem por objetivo promover discussões para aprimoramento da legislação, sendo necessário garantir tempo hábil para que os agentes de mercado possam se preparar para realizarem análises detalhadas sobre o tema proposto a depender de sua complexidade e, assim, contribuírem de forma técnica e fundamentada garantindo a evolução e amadurecimento da legislação. Deste modo, a ABRACE sugere que ocorra readequação do tempo a ser publicado o processo de audiência pública para que os agentes tenham tempo hábil de se prepararem para o processo público.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

Na seção “Das considerações finais”

Contribuição: Chamada Pública para aquisição de gás.

Justificativa: Diante de um cenário em que algumas distribuidoras de gás canalizado estão realizando chamadas públicas para aquisição de gás, entende-se a importância de existir um documento que defina as diretrizes da Chamada Pública pela Agência Reguladora, desde a imposição de regras para o edital, penalidades até a formação de preços a ser impactado na tarifa do consumidor final. Assim, dentro do manual de boas práticas da AGRESE, sugere-se que seja adotado um processo específico para regulação de chamada pública para aquisição de gás no estado do Sergipe.

3.5 - Rogério Almeida Manso da Costa Reis – ATgás - Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto

“Do objetivo”, “Da Abordagem”, “Dos princípios”, “Da participação ou Controle Social”, “Consulta Pública”, “Audiência Pública”, “Das ações de Planejamento Regulatório”, “Da Análise de Impacto Regulatório – AIR”, “Dos critérios para a realização da AIR” e “Da gestão do estoque regulatório”.

Contribuição: -

Justificativa: -

Na seção “Das Definições”

Contribuição (1) Ação regulatória: intervenção da AGRESE no mercado regulado que busca modificar a conduta dos agentes econômicos ou a estrutura do mercado, sempre de forma a atingir um equilíbrio ótimo do espaço regulado e o atingimento dos objetivos públicos. Ela pode se dar



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

através da edição de ato normativo, alocação de recursos, resolução de conflitos, entre outros instrumentos disponíveis.

Justificativa (1): A definição está em linha com posicionamentos doutrinários sobre a ação regulatória, segundo os quais esta deve sempre buscar o equilíbrio do sistema regulado de forma eficiente e que melhor atenda ao interesse público e aos princípios aplicáveis a ação da administração pública.

Contribuição (2): Nota Técnica de Regulação: Documento técnico contendo os fundamentos fáticos, técnicos e jurídicos usado para a tomada de decisão da Agência em qualquer Ação Regulatória. Em caso de não realização da AIR, a qual admite-se apenas de modo excepcional e com a devida justificativa, deve explicar o problema regulatório em questão, as opções regulatórias consideradas, os dados registrados por meio da participação social e as conclusões e estratégias que fundamentam a decisão tomada. Pode, excepcionalmente e mediante justificativa devidamente fundamentada, substituir o Relatório de AIR realizado, embora seja recomendável serem documentos distintos, estando o Relatório de AIR anexado à Nota Técnica de Regulação. Para maiores detalhes, consulte o verbete “Relatório de AIR”.

Justificativa (2): É importante ressaltar que a não realização de AIR, por ser excepcional, deve sempre ser devidamente justificada.

Contribuição (3): Análise de Impacto Regulatório (AIR): instrumento sistemático de busca por evidências, a fim de auxiliar na compreensão dos efeitos e dos impactos de determinada ação regulatória. Isso se dá através da aplicação de métodos e técnicas com o fito de identificar e medir os possíveis benefícios, custos e efeitos dos atos regulatórios. A AIR pode ser aplicada para ações regulatórias planejadas, cuja execução ocorrerá no futuro ou de forma retrospectiva, analisando o



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

resultado de ações regulatórias já tomadas, de forma a justificar sua manutenção ou não (em formato conhecido como Avaliação de Resultado Regulatório ou ARR).

Justificativa (3): Entendemos ser importante também prever a possibilidade de realização de análise de impacto de ações já tomadas, na forma de ARR.

4. ANÁLISE DO PLEITO

Todas as contribuições recebidas foram analisadas e tiveram sua pertinência e aplicabilidade avaliadas segundo as características e realidade da AGRESE.

As contribuições entendidas como pertinentes foram utilizadas na revisão do manual de boas práticas proposto e as não pertinentes poderão ser contempladas em outros instrumentos jurídicos, a exemplo da contribuição da ABRACE, no que se refere à necessidade de estabelecer uma normativa para as chamadas públicas de aquisição de gás realizadas pelo concessionário. Tal temática será analisada e poderá dar origem a uma resolução específica.

Outro ponto relevante é que a existência de um manual de boas práticas regulatórias, segundo o que preconiza a OCDE, reforça o compromisso desta agência com a qualidade regulatória das suas decisões. Mesmo que ainda não haja estrutura para o cumprimento imediato de todas ações propostas no manual, estas já devem estar contidas para que no tempo oportuno tenha sua adoção normatizada e com critérios claros, caso que se aplica a Análise de Impacto Regulatório, por exemplo.

O resultado das contribuições está explicitado na minuta de manual disposta no anexo I desta nota técnica, onde foram feitas inserções da seguinte maneira:

- 1- Na seção “Do Objetivo”, foi inserido na página 1, linha 5, os termos “*transparência, tratamento igualitário*”, em acordo com a contribuição feita pelo senhor Patric Viganò Lamarca da UNIGEL



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

- 2- Na seção “Dos Princípios”, foi acrescido na página 2, linha 3, o texto: *“O estabelecimento de prazos claros para resposta às demandas que sejam direcionadas a esta agência reguladora.”* Tal contribuição foi feita pelo senhor Patric Viganò Lamarca da UNIGEL
- 3- Na seção das definições, na página 3, a partir da linha 6, foi adicionado à definição de Ação regulatórias o texto: *“sempre de forma a atingir um equilíbrio ótimo do espaço regulado e o atingimento dos objetivos públicos.”* Tal contribuição foi feita pelo senhor Patric Viganò Lamarca da UNIGEL
- 4- Na seção das definições, na página 3 a partir da linha 16 foi adicionado à definição de Análise de Impacto regulatório o texto: *“A AIR pode ser aplicada para ações regulatórias planejadas, cuja execução ocorrerá no futuro ou de forma retrospectiva, analisando o resultado de ações regulatórias já tomadas, de forma a justificar sua manutenção ou não (em formato conhecido como Avaliação de Resultado Regulatório ou ARR)”*, conforme sugestão do senhor Rogério Almeida Manso da Costa Reis da ATGás.
- 5- Na seção das definições, na página 4, a partir da linha 19, foi alterada a definição de Nota Técnica de Regulação para *“Documento técnico contendo os fundamentos fáticos, técnicos e jurídicos usado para a tomada de decisão da Agência em qualquer Ação Regulatória. Em caso de não realização da AIR, a qual admite-se apenas de modo excepcional e com a devida justificativa, deve explicar o problema regulatório em questão, as opções regulatórias consideradas, os dados registrados por meio da participação social e as conclusões e*



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

estratégias que fundamentam a decisão tomada. Pode, excepcionalmente e mediante justificativa devidamente fundamentada, substituir o Relatório de AIR realizado, embora seja recomendável serem documentos distintos, estando o Relatório de AIR anexado à Nota Técnica de Regulação. Para maiores detalhes, consulte o verbete “Relatório de AIR” ”, conforme sugestão do senhor Rogério Almeida Manso da Costa Reis da ATGás.

- 6- Na seção “Da Participação ou Controle Social”, na página 8, linha 1, é reforçada a afirmação “*garantir prazo adequado ao processo de consulta*”. Tal contribuição foi feita pelo senhor Patric Viganò Lamarca da UNIGEL.
- 7- Na seção “Audiência Pública”, na página 9, linha 12, foi alterado o prazo mínimo para convocação da audiência pública para *15 dias úteis*, conforme sugestão feita pelo senhor Patric Viganò Lamarca da UNIGEL, Augusto Salomon – ABEGAS, além de Débora Dantas e Adrianno Lorenzon da ABRACE.

Ao entendimento da CAMGAS, as modificações propostas no manual de boas práticas, realizadas com base nas contribuições da consulta pública, atendem, segundo a pertinência, os anseios de todos os agentes envolvidos no mercado de gás canalizado.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

5. CONCLUSÃO

Essa Nota Técnica trata de observações e propostas realizadas por expositores e contribuintes ao Manual de Boas Práticas Regulatórias, por meio de processo de consulta pública realizada pela AGRESE no período compreendido entre 25 de agosto de 2021 e 06 de outubro de 2021.

Todas as contribuições foram analisadas e os pontos levantados discutidos por essa CAMGAS, sendo boa partes das contribuições contempladas nas alterações da minuta de manual proposto no anexo I, permitindo desta forma a harmonização do texto aos anseios dos contribuintes.

As sugestões não contempladas no manual não estão descartadas, e estarão em análise para sua contemplação em atos normativos que melhor se adeque a elas, segundo a agenda regulatória da AGRESE.

Desta forma, sugere esta Câmara Técnica o encaminhamento deste documento para parecer da Procuradoria e análise da Diretoria Executiva da AGRESE.

Em 02 de Dezembro de 2021.

Douglas Costa Santos

Diretor da Câmara Técnica de Gás Canalizado

AGRESE – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe

Regina Luana Santos de França do Rosário

Diretora Técnica

AGRESE – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

Anexo I



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

Normas de Boas Práticas Regulatórias na AGRESE

Do objetivo

Este instrumento tem como objetivo promover o exercício da atividade regulatória com vistas à transparência, tratamento igualitário eficiência, segurança, bem-estar social e crescimento econômico, alinhado com o sentido de qualidade regulatória.

Da abordagem

O conteúdo deste instrumento reúne as dimensões de governança, melhoria e boas práticas regulatórias e relaciona-se à busca pelo aprimoramento dos mecanismos que orientam a atividade finalística da AGRESE enquanto Agência Reguladora.

Dos Princípios

A AGRESE entende que um bom desempenho regulatório depende da adequação das formas de interação dos atores envolvidos (reguladores, regulados e sociedade civil) e, consequentemente, do aperfeiçoamento do desenho institucional conferido às agências.

Em linhas mais específicas, o esforço de incremento das práticas de regulação envolve:

- A melhoria do sistema regulatório das agências, de forma a garantir maior qualidade e efetividade de sua atuação;
- O fomento de aspectos relacionados à transparência e à participação dos regulados e usuários no processo regulatório;
- O fortalecimento da governança regulatória e o incentivo à criação de um ambiente regulatório seguro para o usuário e estável para a concretização de negócios e investimentos privados; e



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

1 • A coordenação entre as unidades organizacionais das agências, de modo a aperfeiçoar a
2 função regulatória.

3 • O estabelecimento de prazos claros para resposta às demandas que sejam direcionadas a esta
4 agência reguladora.

5
6 Para evitar efeitos nocivos da regulação, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
7 Econômico (OCDE), em sua Recomendação para Melhoria da Qualidade Regulatória, (OECD
8 Recommendation on Improving the Quality of Government Regulation), indica as seguintes metas
9 para uma boa regulação:

10 I – Buscar resolver problemas e alcançar metas claramente definidas e ser eficaz na consecução
11 desses objetivos;

12 II – Ser fundamentada em evidências e proporcional ao problema identificado;

13 III – estar fundamentada em uma base legal sólida;

14 IV – Produzir benefícios que justifiquem os custos;

15 V – Considerar a distribuição dos seus efeitos entre os diferentes atores e grupos;

16 VI – Minimizar os custos administrativos e eventuais distorções de mercado resultantes de sua
17 implementação;

18 VII – ser clara e compreensível aos regulados e usuários;

19 VIII – ser consistente com outros regulamentos e políticas;

20 IX – Ser elaborada de modo transparente, com procedimentos adequados para a manifestação
21 efetiva e tempestiva de atores e grupos interessados;

22 X – Considerar os incentivos e mecanismos para alcançar os efeitos desejados, incluindo
23 estratégias de implementação que potencializem seus resultados.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

São esses preceitos que a AGRESE deseja utilizar na construção e revisão de seu arcabouço regulatório.

Das definições

Ação regulatória: intervenção da AGRESE no mercado regulado que busca modificar a conduta dos agentes econômicos ou a estrutura do mercado, sempre de forma a atingir um equilíbrio ótimo do espaço regulado e o atingimento dos objetivos públicos. Ela pode se dar através da edição de ato normativo, alocação de recursos, resolução de conflitos, entre outros instrumentos disponíveis.

Agenda Regulatória: instrumento de planejamento e coordenação das ações regulatórias frente às necessidades do setor regulado. Possui como objetivo a resolução de problemas ou falhas de mercado; podendo gerar elaboração ou revisão de normas, entre outras ações regulatórias. Portanto, a Agenda Regulatória indica as ações regulatórias que a AGRESE pretende realizar a cada biênio.

Análise de Impacto Regulatório (AIR): instrumento sistemático de busca por evidências, a fim de auxiliar na compreensão dos efeitos e dos impactos de determinada ação regulatória. Isso se dá através da aplicação de métodos e técnicas com o fito de identificar e medir os possíveis benefícios, custos e efeitos dos atos regulatórios. A AIR pode ser aplicada para ações regulatórias planejadas, cuja execução ocorrerá no futuro ou de forma retrospectiva, analisando o resultado de ações regulatórias já tomadas, de forma a justificar sua manutenção ou não (em formato conhecido como Avaliação de Resultado Regulatório ou ARR).

Avaliação: tendo como parâmetro o cenário inicial anterior à ação implementada, busca-se analisar se os impactos esperados e os objetivos finais pretendidos com uma determinada ação foram alcançados; isso ocorre através de indicadores elaborados para tal análise.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

1 **Custos administrativos:** custos (financeiros, de tempo, aprendizagem, adaptação ou
2 realização) incorridos para o cumprimento de obrigações criadas pelo Estado relacionadas à geração,
3 guarda e envio de informações, obtenção de alvarás, licenças, preenchimento de formulários,
4 preparação para inspeções etc.

5 **Estoque regulatório:** conjunto dos atos normativos – portarias, resoluções e instruções
6 normativas – em vigor. A gestão do estoque regulatório tem o objetivo de promover a revisão
7 periódica e a consolidação de normas vigentes de acordo com o setor regulado a fim de manter a
8 regulação sempre atualizada e proporcional aos desafios específicos de cada mercado. É comum
9 organizar o estoque regulatório de acordo com o tema, produto e ato normativo a ser revisado.

10 **Guilhotina regulatória:** procedimento que faz parte da revisão do estoque regulatório, isto é,
11 das normas e ações regulatórias editadas pela Agência e atualmente em vigor. O objetivo da
12 guilhotina regulatória é identificar e revogar expressamente os atos normativos revogados
13 tacitamente; cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e vigentes, cuja necessidade ou cujo
14 significado não pôde ser identificado.

15 **Monitoramento:** é a revisão contínua e sistemática da implementação da intervenção
16 regulatória com o objetivo de identificar potenciais falhas e adotar medidas para corrigi-las o quanto
17 antes. O monitoramento faz parte do juízo de avaliação da eficácia, celeridade, praticidade,
18 adequação, necessidade e proporcionalidade de uma ação regulatória.

19 **Nota Técnica de Regulação:** Documento técnico contendo os fundamentos fáticos, técnicos e
20 jurídicos usado para a tomada de decisão da Agência em qualquer Ação Regulatória. Em caso de não
21 realização da AIR, a qual admite-se apenas de modo excepcional e com a devida justificativa, deve
22 explicar o problema regulatório em questão, as opções regulatórias consideradas, os dados registrados
23 por meio da participação social e as conclusões e estratégias que fundamentam a decisão tomada.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

1 Pode, excepcionalmente e mediante justificativa devidamente fundamentada, substituir o Relatório
2 de AIR realizado, embora seja recomendável serem documentos distintos, estando o Relatório de AIR
3 anexado à Nota Técnica de Regulação. Para maiores detalhes, consulte o verbete “Relatório de AIR”.

4 **Objetivo:** estabelecimento de algo que se deseja alcançar, determinando-se uma direção
5 preferencial a se seguir com um objeto em relação a um determinado contexto, por exemplo: ampliar
6 a concorrência na exploração de petróleo. Podem ser divididos entre objetivos fundamentais e
7 objetivos meios.

8 **Participação Social:** processo que possibilita o recebimento de informações, críticas, sugestões
9 e contribuições sobre questões regulatórias em análise pela Agência, seja de agentes diretamente
10 interessados ou do público em geral; utilizando os diferentes meios e canais que forem considerados
11 adequados. Deve ser tema de capítulo específico do Relatório de AIR e da Nota Técnica
12 fundamentadora da decisão regulatória. Para maiores detalhes, confira o Capítulo VI.

13 **Problema regulatório:** situação em determinado setor que resulta em distorções no
14 funcionamento do mercado ou em limitação no alcance de objetivo público específico, demandando
15 a tomada de decisão pelo regulador. Deve ser tema de capítulo específico do Relatório de AIR e da
16 Nota Técnica fundamentadora da decisão regulatória.

17 **Relatório de AIR:** relatório que descreve, de forma sistematizada, objetiva e acessível, a
18 Análise de Impacto Regulatório realizada sobre determinada Ação Regulatória. O Relatório de AIR
19 pode ser redigido em formato de Nota Técnica de Regulação ou, preferencialmente, ser incluído como
20 um documento anexo à Nota Técnica de Regulação.

21

22

23



Da Participação ou Controle Social

O controle social, também referido como princípio da participação, tem por objetivo oportunizar a manifestação e a contribuição de todos os potenciais afetados ou interessados em determinado processo regulatório. Em outros termos, os atos de regulação devem ser, tanto quanto possível, permeáveis à participação social, franqueando-se ao usuário e ao regulado o controle dessas atividades.

Controle social e transparência representam grandezas diretamente proporcionais: os mecanismos que tornam a atuação do agente regulador mais transparente igualmente proporcionam um controle social mais efetivo e colaborativo.

No entanto, a participação social não deve ser estimulada apenas como uma prática formal destinada a conferir algum grau de legitimidade à atuação da Agência. A permeabilidade ao compartilhamento de informações é o que torna verdadeiramente profícua a interação envolvendo regulador, setor regulado e sociedade civil.

A experiência internacional demonstra que o diálogo e a consulta aos atores externos são fundamentais para o ganho de qualidade na confecção da AIR, desde os seus estágios iniciais. Quando conduzidos adequadamente, os processos de participação social tendem a reduzir as assimetrias de informação, bem como melhoram o embasamento da tomada de decisão. O levantamento de informações e o recebimento de contribuições podem ocorrer:

I – Ao longo de toda a realização da AIR;

II – Em marcos predefinidos da análise;



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

1 III – quando identificada a necessidade de obtenção de informações adicionais específicas; ou
2 IV – Ao final da elaboração do Relatório de AIR, como forma de validar as evidências, os
3 diagnósticos, as premissas e os pressupostos que fundamentaram a análise.

4
5 Além disso, alguns cuidados devem ser observados na realização dos processos de participação
6 social relacionada à AIR, tais como:

7
8 I – Definir claramente o objetivo da consulta: se para identificação do problema, mapeamento
9 de alternativas, identificação de impactos, coleta de dados, validação de premissas e hipóteses
10 etc.;

11 II – Definir o grupo alvo da consulta: empresas reguladas, consumidores, trabalhadores, outros
12 órgãos de governo, especialistas etc.;

13 III – organizar a demanda de informações, evitando solicitar dados ou fazer perguntas
14 desnecessárias, o que pode reduzir o incentivo à participação ou tirar o foco das informações
15 relevantes;

16 IV – Definir a melhor forma de consulta para alcançar o público, utilizando canais que facilitem
17 a participação: reuniões, debates, consultas, pesquisas de opinião, questionários, ofícios,
18 reuniões presenciais, plataformas eletrônicas ou outros meios de comunicação etc.;

19 V – Utilizar linguagem adequada ao público-alvo da consulta;

20 VI – Utilizar meios de comunicação ou publicidade adequados para garantir que o público-alvo
21 tenha conhecimento sobre o processo de participação com antecedência adequada;



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

VII – garantir prazo adequado ao processo de consulta, de acordo com a complexidade do tema em análise e das informações desejadas, de modo a permitir e incentivar que os atores possam preparar contribuições efetivas;

VIII – realizar a consulta em um período favorável, evitando, sempre que possível, período de férias, festas, feriados etc.; e

IX – Garantir o sigilo de informações sensíveis.

CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública é instrumento de apoio à tomada de decisão por meio do qual a sociedade é consultada, por meio do envio de críticas, sugestões e contribuições por quaisquer interessados, sobre proposta de norma regulatória que afete os direitos de agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis.

A realização de consulta pública previamente à edição ou à alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários é obrigatória por força do art. 9º da Lei nº 13.848, de 2019. De igual modo, os Arts. 8º a 11 do Decreto nº 10.411, de 2020, e o art. 29 da LINDB incentivam que a Administração Pública Federal, com recomendação também à administração estadual, adote procedimentos de participação social nos procedimentos de Análise de Impacto Regulatório, sempre que relevantes para identificação do problema regulatório, para identificação dos grupos afetados e para o mapeamento e a avaliação das alternativas de atuação da Agência.

As consultas públicas devem ter duração mínima de 45 dias, ressalvado caso excepcional de urgência e relevância, devidamente motivado pela Diretoria Colegiada. Além disso, a Diretoria pode prorrogar o prazo da consulta pública por prazo definido, mediante justificativa.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A audiência pública é o instrumento de apoio à tomada de decisão por meio do qual é facultada a manifestação oral por quaisquer interessados em sessão pública previamente destinada a debater matéria que afete os direitos de agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis.

A realização de audiência pública previamente à edição ou à alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários é obrigatória por força do art. 19 da Lei nº 9.478, de 1997, c/c art. 10 da Lei nº 13.848, de 2019 (Lei Federais), e também são recomendadas como uma prática das Agências Estaduais.

A abertura do período de audiência pública deverá ser precedida de despacho ou aviso de abertura publicado no Diário Oficial da União e em outros meios de comunicação com antecedência mínima de 15 dias úteis.

DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO REGULATÓRIO

● **AGENDA REGULATÓRIA**

A Agenda Regulatória integra um conjunto de instrumentos de boas práticas regulatórias adotados pela AGRESE, com vistas ao aprimoramento da qualidade regulatória em seu âmbito de atuação. Trata-se de um instrumento de planejamento das ações regulatórias frente às necessidades do mercado e às inevitáveis limitações de recursos, que amplia a transparência do processo regulatório e estimula a participação social na elaboração de normas e na resolução de problemas regulatórios.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

O processo de elaboração da Agenda Regulatória abrange a avaliação de novos problemas regulatórios priorizados pela Diretoria, com a eventual previsão de edição ou alteração de atos normativos, observados o cumprimento da missão institucional e o alcance dos objetivos estratégicos da Agência.

Para nortear a agenda, os setores da Agência Reguladora devem preencher formulário próprio com a projeção dos problemas a serem regulados.

O formulário é composto por informações gerais como:

(i) título, descrição da ação e origem da iniciativa,

(ii) dados para classificação no estoque regulatório como tema, produto e ato normativo a ser revisado (se aplicável),

(iii) dados institucionais que indicam a Câmara Técnica responsável, demais Câmaras Técnicas envolvidas e, ainda, se outro ente da Administração Pública deve ser envolvido, e

(iv) qual o objetivo estratégico relacionado. Bem como, contém informações específicas referentes ao problema regulatório, objetivos a serem alcançados, agentes econômicos potencialmente afetados.

Com base nos formulários preenchidos, a Diretoria Executiva deve elaborar um documento consolidado, organizado por eixos temáticos e subtemas, a fim de que seja encaminhado para apreciação pelo Conselho Superior. Essa etapa tem por objetivo estabelecer a priorização das ações regulatórias apresentadas pelas Câmaras Técnicas, bem como indicar ações a serem incluídas ou excluídas.

Em seguida, as Câmaras Técnicas fazem o detalhamento das ações, definindo prazos de conclusão das etapas e, se necessário, revisando dados informados no formulário inicial. Dentre as etapas previstas incluem-se a realização de consulta prévia para coleta de subsídios, a realização



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

de seminários, a elaboração de relatório de Análise de Impacto Regulatório ou nota técnica de regulação, a consulta e a audiência públicas.

Cabe à Diretoria Executiva consolidar a Agenda Regulatória, que segue para aprovação do Conselho Superior, após o que é dada publicidade ao documento no sítio eletrônico da Agência.

- Acompanhamento Periódico

A partir de sua publicação, cabe à Diretoria Executiva coordenar o processo de acompanhamento da execução das ações regulatórias e dar publicidade aos resultados.

A periodicidade de acompanhamento das ações regulatórias se dará anualmente. A evolução do andamento será acompanhada com base na conclusão das seguintes etapas:

- Realização de consulta prévia (se necessário);
- Realização de workshop ou seminário (se necessário);
- Elaboração do relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) ou de nota técnica de regulação;
- Elaboração da minuta de ato normativo, se aplicável;
- Realização de consulta pública;
- Realização de audiência pública;
- Conclusão da ação: publicação do ato normativo ou implementação da solução regulatória.

Cabe à Câmara Técnica responsável pela ação regulatória estabelecer quais etapas serão realizadas e o prazo para a sua conclusão. Dentre as etapas previstas, a realização de consulta prévia, workshop e seminário são opcionais e a elaboração da minuta de ato normativo dependerá do resultado da AIR. Já a elaboração da AIR e a realização de consulta e audiência públicas devem respeitar a legislação vigente.



DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO - AIR

A Análise de Impacto Regulatório (AIR) consiste em um processo sistemático que visa a orientar, com base em evidências, a tomada de decisão regulatória. Partindo de um problema e dos objetivos a serem alcançados, a AIR identifica e avalia as alternativas decisórias normativas e não-normativas, bem como analisa sua efetividade para solucionar o problema e, de maneira ampla, suas possíveis consequências positivas e negativas. Segundo o Decreto nº 10.411, de 2020 (Decreto Federal), a AIR conterá informações e dados sobre os prováveis efeitos de uma medida regulatória, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão.

A comparação entre as diferentes alternativas decisórias, avaliadas quanto à sua efetividade e quanto à qualidade e intensidade de seus impactos, instruirá a escolha mais adequada. A decisão poderá consistir na efetiva atuação, normativa ou não-normativa da Agência, ou mesmo na sua omissão, caso verifique que os custos da solução do problema superam seus benefícios.

A AIR tem por finalidade melhorar a qualidade da regulação e contribuir para a transparência do processo regulatório, o que se dá por meio da sistematização e racionalização das decisões tomadas. Para tanto, o procedimento de Análise de Impacto Regulatório conterá os seguintes elementos, elencados no art. 6º do Decreto nº 10.411, de 2020.

I - sumário executivo objetivo e conciso, que deverá empregar linguagem simples e acessível ao público em geral;

II - identificação do problema regulatório que se pretende solucionar, com a apresentação de suas causas e sua extensão;

III - identificação dos agentes econômicos, dos usuários dos serviços prestados e dos demais afetados pelo problema regulatório identificado;



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

- 1 IV - identificação da fundamentação legal que ampara a ação do órgão ou da entidade quanto
2 ao problema regulatório identificado;
- 3 V - definição dos objetivos a serem alcançados;
- 4 VI - descrição das alternativas possíveis ao enfrentamento do problema regulatório identificado,
5 consideradas as opções de não ação, de soluções normativas e de, sempre que possível, soluções
6 não normativas;
- 7 VII - exposição dos possíveis impactos das alternativas identificadas, inclusive quanto aos seus
8 custos regulatórios;
- 9 VIII - considerações referentes às informações e às manifestações recebidas para a AIR em
10 eventuais processos de participação social ou de outros processos de recebimento de subsídios
11 de interessados na matéria em análise;
- 12 IX - mapeamento da experiência internacional quanto às medidas adotadas para a resolução do
13 problema regulatório identificado;
- 14 X - identificação e definição dos efeitos e riscos decorrentes da edição, da alteração ou da
15 revogação do ato normativo;
- 16 XI - comparação das alternativas consideradas para a resolução do problema regulatório
17 identificado, acompanhada de análise fundamentada que contenha a metodologia específica
18 escolhida para o caso concreto e a alternativa ou a combinação de alternativas sugerida,
19 considerada mais adequada à resolução do problema regulatório e ao alcance dos objetivos
20 pretendidos; e
- 21 XII - descrição da estratégia para implementação da alternativa sugerida, acompanhada das
22 formas de monitoramento e de avaliação a serem adotadas e, quando couber, avaliação quanto
23 à necessidade de alteração ou de revogação de normas vigentes.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

Ainda segundo o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.411, de 2020, o conteúdo do relatório de AIR deverá, sempre que possível, ser detalhado e complementado com elementos adicionais específicos do caso concreto, de acordo com o seu grau de complexidade, abrangência e repercussão da matéria em análise.

Para suplementar a AIR, é possível observar que as experiências nacional, internacional e a literatura especializada funcionam de forma equivalente ao referencial teórico em uma pesquisa acadêmica. A diferença é que, no lugar de confrontar o conhecimento existente para aperfeiçoá-lo, o uso da literatura na AIR limita-se em entender melhor o problema para propor soluções mais adequadas.

Ao revisar a literatura e experiências, deve-se ter em mente alguns questionamentos. Quando outros reguladores tentaram resolver este mesmo problema ou um problema distinto, mas de mesma natureza:

- O que eles fizeram? Como eles fizeram?
- O que foi tentado e não deu certo?
- Por quê?
- Quais são as fraquezas / forças inerentes das estratégias e métodos utilizados?
- Quais as diferenças de contexto que precisam ser levadas em consideração?
- Como os autores mitigaram/abordaram as limitações da pesquisa? Elas foram reconhecidas?

Por recomendação, a revisão da literatura deve começar por onde já se sabe o que vai encontrar: ou seja, começa-se analisando os casos muito debatidos no cenário internacional, mais extensamente estudados e citados, e aqueles que vêm mais rapidamente à cabeça quando se pensa naquele problema. Quando o problema é recente, ou pouco debatido, uma alternativa é perguntar



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

1 diretamente aos reguladores equivalentes se eles já se depararam com este problema e, se sim,
2 como o resolveram.

3 **DOS CRITÉRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA AIR**

4 A AIR deve ser realizada antes da adoção e de proposta de alteração de atos normativos de
5 interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados, exceto
6 aqueles de baixo impacto ou aqueles onde não é possível contemplar diferentes alternativas ou
7 cenários regulatórios. A exceção prevista para medidas de baixo impacto leva à necessidade de
8 estabelecer critérios sobre o que é um impacto moderado ou alto e que, portanto, precisa estar
9 acompanhado de uma AIR.

10 Um ato normativo é considerado de baixo impacto quando:

- 11 • não provoca aumento expressivo de custos para os agentes econômicos ou para os
12 usuários dos serviços prestados;
- 13 • não provoca aumento expressivo de despesa orçamentária ou financeira; e
- 14 • não repercute de forma substancial nas políticas públicas de saúde, de segurança,
15 ambientais, econômicas ou sociais.

16 Observa-se que a definição de baixo impacto prevista no Decreto nº 10.411, de 2020, precisa
17 de maior detalhamento para sua aplicação no âmbito da Agência. Assim, a Agência está
18 trabalhando, a partir da realidade das suas diferentes áreas de atuação – concessão/permissão de
19 serviços públicos – para definir critérios objetivos sobre o que é aumento expressivo de custos
20 regulatórios e despesas orçamentárias ou financeiras. Esta definição é fundamental para evitar
21 práticas internas incoerentes e, com isso, uma possível judicialização justificada dos atos da
22 Agência.



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

O Guia da Casa Civil oferece algumas categorias que podem ser utilizadas na definição desses critérios, como o tipo e magnitude dos impactos, o ineditismo do problema, a sensibilidade social quanto ao problema e/ou suas alternativas. Independente da atribuição de um valor ou índice quantitativo, os critérios, em geral, são atribuídos com relação à:

- Tipo de impacto (e.g., sobre saúde, concorrência, pequenas e médias empresas, orçamento etc.);
- Magnitude do impacto (em valores ou categorias, e.g., alto/baixo, acima de um percentual, acima de um valor monetário); e
- Relevância dos grupos afetados (e.g., comunidades vulneráveis, percentual de habitantes ou empresas).

As perguntas a seguir, sugeridas pela OCDE (2008), também podem ser úteis para a definição dos critérios sobre a dispensa de AIR por baixo impacto:

- Qual o tamanho dos grupos afetados? Exemplo: tamanho do mercado de distribuição; dimensão do comércio exterior (importações e/ou exportações), etc.;
- Qual a natureza do impacto em cada um dos grupos afetados? Exemplo: aumento significativo de custos diretos, criação de barreiras à entrada etc.;
- Qual a dimensão esperada desses impactos? Exemplo: aumento significativo (entre x-y%);
- Qual a duração esperada dos potenciais efeitos identificados?

DA GESTÃO DO ESTOQUE REGULATÓRIO

O Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR) da Casa Civil define gestão de estoque regulatório como a “prática de exame periódico dos atos normativos publicados pela Agência, visando averiguar a pertinência de sua manutenção ou a necessidade de



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

1 sua alteração, atualização ou revogação, tendo em vista sua efetividade, atualidade, consistência
2 com o arcabouço normativo etc.”.

3 As medidas de gestão de estoque regulatório podem ser de ordem formal ou material. As
4 medidas formais, primeiramente, têm por principal objetivo simplificar o entendimento da
5 regulação em vigor. Procuram tornar a compreensão das normas vigentes mais simples por aqueles
6 que atuam ou desejam atuar no setor regulado.

7 A unificação e consolidação em um único ato normativo da legislação que trate de um mesmo
8 tema é um exemplo a ser praticado, visto que a unificação evita a divisão de um mesmo assunto
9 em diversos atos normativos, difíceis de serem organizados e, até mesmo, contraditórios entre si.
10 Além disso, essa ampla revisão periódica das normas em vigor permite revogar ou alterar atos
11 normativos que se encontrem desatualizados, bem como revogar de maneira expressa normas já
12 tacitamente substituídas por outras mais atuais.

13 As medidas materiais, por sua vez, têm por objetivo reduzir os custos financeiros e temporais
14 dos atores econômicos no cumprimento da regulação. Procuram, em outras palavras, facilitar o
15 cumprimento das regras. É o caso, por exemplo, da constante reavaliação dos custos e benefícios
16 das normas em vigor e revogação ou modificação daquelas que apresentem maiores malefícios do
17 que benefícios.

18 A simplificação normativa é uma importante medida de racionalização, desburocratização e
19 combate à corrupção na Administração Pública, uma vez que facilita o entendimento dos agentes
20 regulados sobre as normas que incidirão sobre o setor, organiza e traz maior transparência sobre
21 os procedimentos e critérios decisórios

- 22 ● Guilhotinas Regulatórias



ESTADO DE SERGIPE
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

1 A guilhotina regulatória é um mecanismo de reforma do marco regulatório para identificação e
2 revogação de atos normativos obsoletos. Faz parte da estratégia de gestão do estoque regulatório
3 que promove medidas para o acompanhamento sistemático do acervo normativo, visando a
4 melhoria da qualidade regulatória.

5 A guilhotina pode ser ordinária ou extraordinária. Ela será ordinária quando for feita dentro de
6 um procedimento periódico e de rotina de gestão de estoque regulatório. Será, por outro lado,
7 extraordinária quando feita fora do calendário padrão de revisão de atos normativos em vigor, em
8 geral motivada por ações de reformulação e modernização de uma determinada área de atuação da
9 Agência.

10 **Das Considerações Finais**

11 As medidas propostas neste instrumento devem ser seguidas com vistas à evolução regulatória
12 desta agência, considerando que os princípios contidos nele são essenciais para o cumprimento do
13 papel da Agrese, e de suas Câmaras Técnicas, na regulação dos serviços públicos concedidos no
14 estado de Sergipe.